

A FORMAÇÃO GEOHISTÓRICA DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS

The geohistorical formation of zona da mata, Minas Gerais State – Brazil

Marcos Mergarejo NETTO¹
Alexandre M. A. DINIZ²

RESUMO

A Zona da Mata de Minas Gerais ocupa área correspondente a 6,09% da superfície do estado, com população de 2.029.168 habitantes, distribuída por 142 municípios, dos quais 70,23% com menos de 10.000 habitantes e baixo índice de urbanização. Atualmente, com uma economia equivalente a 8,37% do PIB total estadual e aproximadamente 11% da população do estado, a Zona da Mata apresenta baixa renda *per capita* e desempenho econômico muito aquém de suas potencialidades regionais. Some-se a isso o franco processo de estagnação econômica e rebaixamento do índice de qualidade de vida, exacerbando ainda mais os desequilíbrios espaciais intra-regionais. O presente trabalho debruça-se sobre a geohistória da Zona da Mata Mineira, buscando os determinantes históricos de sua condição socioeconômica desfavorável.

Palavras-chave:

Zona da Mata Mineira; Geografia Regional; Estagnação Econômica.

ABSTRACT

The Zona da Mata region of Minas Gerais spreads throughout an area equivalent to 6,09% of the State, with a population of 2,029,168 inhabitants, distributed through 142 municipalities, of which 70,23% have less than 10.000 inhabitants and low levels of urbanization. Nowadays, the economy is equivalent to 8,37% of the State's GDP and approximately 11% of the population. Zona da Mata displays low per capita income, and an economic performance that falls short to its great potentials. Besides, the ongoing economic stagnation together with the lowering of quality of life indexes have exacerbated intra-regional discrepancies. This work explores the geohistory of Zona da Mata Region of Minas Gerais, seeking for historical determinants of current socioeconomic conditions.

Key-words:

Zona da Mata Mineira; Regional geography; Economic stagnation.

¹ Geógrafo - Departamento de Geologia/UFOP. E-mail: mnetto@oi.com.br

² PhD em Geografia Prof. Adjunto III - Programa de Pós-Graduação em Geografia - Tratamento da Informação Espacial - PUC-Minas. E-mail: dinizalexandre@terra.com.br

INTRODUÇÃO

Ainda no período colonial, a Zona da Mata era considerada uma região estratégica para os propósitos da coroa, não só por possuir vastas reservas de recursos naturais, mas, principalmente, por ter representado, durante várias décadas, uma barreira natural à evasão das riquezas minerais da região aurífera.

Apesar de seu nome estar originalmente vinculada à exuberante vegetação natural, uma das características da atual paisagem da Zona da Mata é, paradoxalmente, a ausência de matas. Por toda parte, as florestas foram substituídas, primeiro pela lavoura de café e, posteriormente, pelas pastagens, de tal modo que, atualmente, somente os cumes de algumas elevações possuem acanhadas manchas de florestas residuais.

O período que se estende do final do século XVIII até a década de 1930 foi marcado pela transferência de várias famílias tradicionais da zona de mineração, que chegaram à Zona da Mata em busca de novas oportunidades econômicas associadas ao ciclo cafeeiro, atividade que dinamizou toda a economia, induzindo o desenvolvimento dos setores industrial, comercial e financeiro.

A partir dos anos 1930, quando da derrocada do que se pode chamar de primeiro ciclo cafeeiro do país e do início da industrialização, a Zona da Mata começa a perder primazia econômica e política em favor de outras regiões do Estado. Progressivamente, os estoques de capitais aí acumulados vão perdendo substância à medida que se sujeitam ao desgaste, sem receberem, no mesmo nível, satisfatória manutenção ou reposição. Na década de 1970, alguns projetos de desenvolvimento são levados a cabo, entretanto o processo de decadência e estagnação é evidente na Zona da Mata, com o agravante da região apresentar crescentes níveis de heterogeneidade regional, compreendendo microrregiões e municípios de relativa afluência, ao lado de áreas deprimidas, com indicadores sociais comparáveis às regiões mais pobres do Estado.

A região apresenta um fraco grau de urbanização, ainda que ascendente, ocupando o quarto lugar no rol das principais economias regionais mineiras, fato não condizente com as vastas potencialidades regionais. Apesar do processo de industrialização e de exploração da vocação energética do Estado terem se iniciado na Zona da Mata, atualmente a região, em termos globais, é pouco industrializada, sendo a atividade restrita aos municípios de Juiz de Fora, Ubá e Cataguases.

A agropecuária é desenvolvida de maneira tradicional, voltada para o atendimento do mercado local/regional. Exceção se faz à cafeicultura, que apesar de empregar níveis tecnológicos mais elevados e se constituir num importante item de exportação regional, pos-

sui abrangência espacial restrita e características biogeográficas que a impossibilitam de promover um crescimento dinâmico.

O presente trabalho busca conhecer, discutir e entender o processo de estagnação socioeconômica da Zona da Mata de Minas Gerais, trabalhando com os seguintes aspectos: o crescimento dos centros urbanos, a desvalorização do espaço regional, a desorganização da agricultura, a ineficácia na captação de novos empreendimentos industriais e as condições de vida da população local. Os resultados deste trabalho auxiliarão a compor uma avaliação das condições socioeconômicas da Zona da Mata, fornecendo subsídios à construção de políticas de intervenção mitigadoras do atual quadro de estagnação econômica que assola boa parte dos municípios da região.

Para tal, resgata-se o processo histórico de ocupação e construção da região, enfatizando-se a sua evolução demográfica e econômica. Trabalha-se, ainda, com o cotejamento das condições socioeconômicas inerentes às microrregiões que compõem a Zona da Mata, revelando suas discrepâncias internas, sem perder de vista as inevitáveis comparações entre a Zona da Mata e as demais mesorregiões do estado.

ASPECTOS CONCEITUAIS E TEÓRICOS

Moraes (1999) defende a noção de que as sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem relações vitais com seu espaço. Logo, tal perspectiva nos ajuda a compreender o processo de construção e valorização do espaço, seus impactos e reflexos principalmente sobre a economia e a sociedade. Corrêa (2001) avança na mesma linha, quando afirma:

(...) o espaço urbano é um reflexo tanto de ações que se realizam no presente, como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais presentes.

A sociedade como força produtiva, aliada aos meios por ela mesma criados, é o agente da transformação travestida por qualquer que seja o ator, não deixando de participar efetivamente do processo, seja ele perene ou transitório, dentro da relação espaço-sociedade. Moraes (2000) aponta sobre essa transitoriedade do período colonial: "o movimento era dotado em si de periodização própria, a qual revela características específicas a cada conjuntura em face dos variados estímulos que lhe vêm de fora."

Segundo Santos (1979), o modo de produção, a formação social e o espaço, são interdependentes, pois

juntos formam o modo de produção, como produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo; histórica e espacialmente determinados num movimento de conjunto, e isso por meio de uma formação social. Assim, é possível dizer que os lugares não são iguais, suas diferenças são resultantes do arranjo espacial e dos modos de produção, sendo que o “valor” de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos daqueles modos de produção e da maneira como eles se combinam. Santos (1979) ensina: “Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço.”

Assim, determinado historicamente, o processo de produção do espaço terá sua produção determinada pela formação econômica daquele espaço, ou seja, o processo de produção da existência será diverso, há que se refletir do ponto de vista do sujeito, que é o agente do processo. Segundo Barrios (1986), as formações sociais, em sua evolução, passam de uma situação de simples ocupação e aproveitamento do espaço, para uma situação de transformação cada vez mais ampla e profunda desse espaço, compreendendo não só a produção de bens materiais, mas a adequação ao meio ambiente circundante às necessidades individuais e coletivas.

Portanto, o espaço é resultado desse movimento, que se desfaz e renova continuamente, simultaneamente com a sociedade. De maneira imediata, nem todos os pontos do espaço são atingidos por processos sociais, ao menos diretamente. Entretanto, na medida em que alguns espaços são requalificados ou conhecem uma nova definição, por meio do impacto de variáveis novas, mudam as hierarquias e impõe-se uma nova ordem espacial que concerne ou não à totalidade dos lugares. Os movimentos sociais dão condições de reação aos lugares, desse modo obriga-os a modificarem-se, conduzindo a modificações mais ou menos significativas, rápidas ou imediatas, da totalidade dos lugares.

Santos (1979) resume: “O espaço é uma realidade objetiva, um produto social e um subsistema da sociedade global, uma instância.” O espaço é condição geral da produção e possui valor intrínseco, uma riqueza natural, não necessariamente produto do trabalho humano. Contudo, o espaço não se confunde com outros objetos vulgares da produção material imediata do resultado do trabalho; é imperativamente uma condição geral da produção e da existência humana, é matéria finita e possui qualidade de raridade relativa, é intrinsecamente desigual e seu uso não implica sua destruição, apenas modificações. O espaço apresenta, assim, a sobreposição dos resultados dos processos naturais e sociais que coexistem na contemporaneidade.

Corrêa (2001) considera a região a expressão concreta dos processos sociais na forma de um ambiente físico, construído sobre o espaço geográfico. Contudo, para que os processos sociais possam aplicar e produzir forma, movimento e conteúdo sobre o espaço geográfico, eventualmente urbano ou não, a qualquer tempo é preciso que se sirva de algum vetor, principalmente da economia e população.

Rossini (1986) corrobora o ensinamento de Santos (1979), dizendo que o geógrafo analisa o processo de produção, vez que o ato de produzir é produzir também o espaço. Assim, o processo de produção do espaço, historicamente terá sua produção determinada pela formação econômica daquele espaço, refletindo no sujeito que é o agente do processo. Sobre esse aspecto, Barrios (1986) sugere que as formações sociais em sua evolução, passam de uma situação de simples ocupação e aproveitamento do espaço, para uma situação de transformação cada vez mais ampla e profunda desse espaço, compreendendo não a produção de bens materiais, mas a adequação às necessidades individuais e coletivas.

À guisa de conclusão, pode-se afirmar que a produção do espaço também percorre o caminho inverso, quando experimenta o processo de desvalorização do espaço e passa conseqüentemente ao momento de estagnação do espaço econômico atingindo ou não o espaço social, ou atingindo-o de forma desigual.

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ZONA DA MATA MINEIRA

A Zona da Mata localiza-se na porção sudeste do estado, abarcando uma área de 35.748,70 km², total que corresponde a 6,09% da superfície de Minas Gerais. Limita-se ao norte com as mesorregiões Metalúrgica e Rio Doce; a leste com os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro; ao sul com o Estado do Rio de Janeiro e a oeste com as mesorregiões Sul, Campos das Vertentes e Metalúrgica (Figura 1). A região ainda é banhada por duas das mais importantes bacias hidrográficas do Brasil, ao sul e leste pela bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul e ao norte pela bacia hidrográfica do Rio Doce.

A história da região está vinculada ao Ciclo do Ouro, iniciado em fins do século XVII, com a descoberta de grandes jazidas auríferas no interior do atual estado de Minas Gerais. Tal descoberta deu início a um intenso processo de reconfiguração econômica, demográfica e espacial na colônia portuguesa, que além de atrair vastos contingentes de exploradores, também induziu o surgimento de povoados e vilas, criando as condições para a definitiva ocupação da região central

da província de Minas Gerais. Entretanto, por volta de 1750 a atividade mineradora entrou em progressivo declínio, em virtude da crescente escassez do metal.

A recuperação econômica da província e, conseqüentemente, de toda a colônia só se deu a partir do último quartel do século XVIII, com a introdução da cafeicultura. Estabelecida inicialmente no vale do Rio Paraíba, nos atuais estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a cultura se espalhou posteriormente por regiões vizinhas, incluindo a porção sudeste de Minas Gerais, encetando a exploração econômica e a ocupação demográfica da Zona da Mata³ de Minas Gerais.

Tal fato se deu no início do século XIX, sendo que os cafezais foram introduzidos, sobretudo, nos vales do rio Pomba e Paraibuna. Ali o café difundiu-se rapidamente, transformando-se na principal atividade da província e agente indutor do povoamento e do desenvolvimento da infra-estrutura de transportes, além de meio reorganizador da economia de Minas Gerais.

A prosperidade trazida pelo café ensejou o primeiro surto de industrialização na região, reforçado, mais tarde, pelas políticas protecionistas implementadas pelo governo federal após a Proclamação da República. Essas embrionárias indústrias eram de pequeno e médio

FIGURA 1 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA ZONA DA MATA DE MINAS GERAIS



³ Ressalte-se que tal epíteto foi inspirado pela densa cobertura vegetal, que num verdadeiro desatino foi posta abaixo, tendo sido substituída pela lavoura do café, que lhe daria sustentação econômica e política por muitas décadas.

porte, concentradas, principalmente, nos ramos alimentício e têxtil (LIMA, 1981). No setor agrícola, em menor escala, outras culturas se desenvolveram, como o algodão, a cana-de-açúcar e cereais, sem, no entanto, ameaçar a hegemonia do café.

Outro importante desdobramento desse período foi a organização do sistema financeiro. A partir dos capitais gerados pela economia cafeeira, estabelecimentos bancários foram criados, como o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em Juiz de Fora; além do Banco Construtor do Brasil e do Banco de Cataguases, em Cataguases (BDMG, 2000). Direta ou indiretamente, essas instituições financiaram significativos projetos de infra-estrutura, com destaque para a construção de rodovias e ferrovias, visando facilitar o escoamento e favorecendo o crescimento de sua produção.

Dessa forma, na segunda metade do século XIX a Zona da Mata já havia resolvido o seu crônico problema de escoamento da produção com a construção da rodovia macadamizada, batizada de “União e Indústria” (144 km), ligando Juiz de Fora/MG a Petrópolis/RJ, de onde era possível alcançar o porto do Rio de Janeiro, para o escoamento das exportações. Também a implantação da ferrovia D. Pedro II, que atravessa a região no sentido leste-oeste e a ferrovia Leopoldina, no sentido norte-sudeste foram importantes realizações. O encontro desses eixos viários beneficiou a cidade de Juiz de Fora, que se tornou ponto focal da concentração do capital cafeeiro, passando a exercer caráter primaz em relação aos demais municípios da Mata mineira (ANDRADE, 1987; GIROLETTI, 1988; BDMG, 2000).

Juiz de Fora, surgida às margens do caminho entre a Corte e a região das minas, torna-se o principal centro urbano e industrial da Zona da Mata, tendo ocupado nas décadas anteriores o primeiro lugar na produção cafeeira do estado. Segundo Andrade (1987), seu povoamento se deu a partir de 1830, quando as regiões auríferas em decadência se transformam em áreas de expulsão populacional e a Zona da Mata, devido ao desenvolvimento da cafeicultura, em pólo de atração (GIROLETTI, 1988; RESENDE, 1982). Esses fatores, juntamente com a organização do eixo viário, legaram à Juiz de Fora a condição de capital regional, fazendo com que os impulsos econômicos daí emanados chegassem a atingir as lindes dos Campos das Vertentes (VALVERDE, 1958).

Nota-se, assim, que o desenvolvimento da cafeicultura foi importante elemento na reorganização do espaço e da economia mineira, tendo também como desdobramento a intensificação do processo de industrialização, ocorrido entre 1915 e 1920. Essa industrialização se dá, principalmente, no setor têxtil e metalúrgico e, se-

cundariamente, no ramo de atendimento às necessidades mais imediatas da população (alimentação, calçados, móveis, construção, fumos, tipografia, dentre outras).

Mas já na década de 1920 surgem os primeiros sinais da desaceleração da cafeicultura da Zona da Mata. Lima (1981) revela, com base em dados de 1923, que a produção cafeeira da Mata, na primeira década do século, representava mais de 80% do total estadual, caindo para pouco mais de 40% no início dos anos 1920.

A estagnação da produção cafeeira da Zona da Mata mineira se deu em virtude de um conjunto de fatores. Primeiramente, vale destacar o significativo revés econômico sofrido pela região em 1930, quando a já combalida economia cafeeira foi objeto de uma política de erradicação de cafezais, comandada pelo governo federal. A quebra da bolsa de Nova York e a conseqüente depressão econômica mundial, aliadas aos expressivos estoques e aos baixíssimos preços do café no mercado internacional, fizeram com que o governo federal adotasse postura extrema, financiando a erradicação de boa parte dos cafezais, incluindo aqueles localizados na Zona da Mata mineira.

Outro fator importante na reestruturação econômica da região diz respeito ao caráter itinerante da produção cafeeira, que já a essa época encontrava terras com melhor qualidade no sul de Minas e no oeste de São Paulo.

Concomitantemente ao declínio da cafeicultura da Zona da Mata como principal fonte geradora de riquezas do estado, assiste-se, nas décadas de 1930 e 1940, à crescente afirmação da vocação natural de Minas Gerais para a extração mineral e a produção siderúrgica, fatores que passaram a polarizar boa parte dos investimentos produtivos.

Some-se a isso o fato de que a partir da década de 1950 inicia-se, no plano nacional, o processo de industrialização, do tipo substituição de importações, que fez com que a indústria ampliasse consideravelmente sua participação na composição do PIB nacional. Porém, as principais inversões passaram ao largo da Zona da Mata, fato que contribuiu ainda mais para a estagnação econômica da região.

Todavia, essa progressiva descapitalização da Zona da Mata ocorre de maneira sistemática, não só pelo declínio da lavoura cafeeira e suas implicações, mas há ainda o ônus da transferência de recursos para a construção da nova capital, Belo Horizonte (BDMG, 2000). Essa reorganização interna do espaço e da economia mineira teria gerado custos elevados, reduzindo a capacidade de investimentos do estado em outras regiões e penalizado, sobretudo, a Mata Mineira.

Houve ainda, segundo o estudo do BDMG (2000), a implantação de uma nova malha ferroviária e rodoviária

ria, reordenando o espaço econômico mineiro, enfraquecendo a posição de Juiz de Fora, além da expansão industrial do Rio de Janeiro e São Paulo e a consequente transferência do eixo econômico para este, com consequências danosas para os produtos industriais da Zona da Mata (BDMG, 2000).

Até certo momento, ou mais precisamente até 1930, a cafeicultura catalisava a Zona da Mata em torno de um ciclo econômico, mas posteriormente à crise cafeeira, a agricultura secundária adquire contornos de principal meio econômico da região, dotando-lhe de fronteiras econômicas com produção diversificada. Os anos seguintes até a década de 1960 constituíram uma fase de decadência, alternada por pequenos surtos de crescimento (BDMG, 2000).

Simultaneamente, havia uma disposição dos governos estadual e federal para o desenvolvimento da indústria de base, em especial a siderúrgica, deslocando novamente para a área central, seguida da região do Vale do Rio Doce, as bases da industrialização mineira. Segundo o BDMG (2000), a participação da Zona da Mata no PIB industrial mineiro, em 1920, era de 35,60%, reduzido para 20% em 1947, enquanto a Zona Metalúrgica participava com 44,70%.

Na fase pré-1960, os planos governamentais apresentados para recuperação da economia mineira, normalmente não repercutiam na Zona da Mata, acentuando seu atraso. Além disso, a construção de Brasília foi determinante para a fronteira noroeste e o Triângulo Mineiro, buscando um rompimento definitivo de seu "isolamento" frente a São Paulo e Rio de Janeiro (BDMG, 2000).

Na tentativa de reordenar o espaço econômico, o governo mineiro preparou-se institucionalmente, com a

criação do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig, do Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi) e da Companhia de Distritos Industriais (CDI), visando instrumentalizar-se para a atração de indústrias para o território mineiro. Na década de 1970, o estado experimenta uma arrancada industrial, com a implantação de inúmeros projetos de largo alcance socioeconômico. Entretanto, de todos os programas empreendidos pelos governos no sentido de reorientar a economia ou reordenar o espaço econômico, a Zona da Mata acabou preterida, não só por sua condição econômica desprivilegiada mas, também, pelo dinamismo que outras regiões passaram a experimentar (BDMG, 2000).

O Prodemata⁴, financiado pelo Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) foi direcionado à região da Mata mineira, com a proposta de enfrentar a pobreza absoluta e recuperar a produção agropecuária em áreas de concentração de pequenos produtores. Esse programa, na avaliação da Universidade Federal de Viçosa (UFV) foi um instrumento de pouca eficiência na consecução de seus objetivos (BDMG, 2000).

Destarte, essas intervenções estatais terminaram por beneficiar, de maneira assimétrica, outras regiões do Estado, culminando em uma articulação regional bem diferente daquela do início do século XX. Note-se que em relação ao volume de produção e riquezas, a Zona da Mata, ao contrário daquela época, passou a ocupar a quarta colocação (2002), no ranking das Regiões de Planejamento mineiras, atrás das regiões Central, Sul de Minas e Triângulo (Tabela 1).

Vale também apontar a participação descendente do PIB da Zona da Mata entre 1999 e 2002. Essa

TABELA 1 - PIB TOTAL DAS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS (1999-2002)

Regiões de Planejamento	1999		2000		2001		2002	
	Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Central	36.677.341	41,92	42.045.394	42,53	45.817.044	43,60	50.184.287	42,57
Mata	7.846.490	8,97	8.517.847	8,62	8.754.202	8,33	9.873.212	8,37
Sul de Minas	12.272.803	14,03	13.381.123	13,53	13.730.691	13,07	15.312.563	12,99
Triângulo	9.797.813	11,20	11.479.183	11,61	12.001.554	11,42	13.982.513	11,86
Alto Paranaíba	3.594.497	4,11	3.756.465	3,80	3.865.140	3,68	4.436.510	3,76
Centro-Oeste	4.022.968	4,60	4.486.392	4,54	4.777.220	4,55	5.467.490	4,64
Noroeste de Minas	1.430.584	1,64	1.542.003	1,56	1.616.713	1,54	2.162.942	1,83
Norte de Minas	3.812.311	4,36	4.287.406	4,34	4.525.403	4,31	5.079.260	4,31
Jequitinhonha/Mucuri	1.856.711	2,12	2.193.938	2,22	2.270.613	2,16	2.625.303	2,23
Rio Doce	6.179.415	7,06	7.177.749	7,26	7.734.951	7,36	8.766.084	7,44
Minas Gerais	87.490.933	100,00	98.867.500	100,00	105.093.532	100,00	117.890.164	100,00

FONTE: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP), CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)

⁴ Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona da Mata de Minas Gerais (Prodemata), celebrado com a Seplan-MG, em 127 municípios, no período de 1977 a 1985.

trajetória sugere que dentro de pouco tempo a Zona da Mata cederá a quarta posição à região do Rio Doce, que tem ampliado a sua participação relativa no PIB estadual nos últimos anos (Tabela 1).

A falta de investimentos de vulto ao longo das últimas décadas tornou a Zona da Mata economicamente instável e palco da evasão de atividades econômicas. Some-se a isso, a manutenção de uma razoável estabilidade populacional, gerando problemas de subemprego e desemprego. Ressalte-se o último grande investimento realizado na região, especificamente em Juiz de Fora, da montadora Mercedes-Benz, que subsiste graças a acordos políticos e subsídios estatais. De resto, há a Cia. Siderúrgica Belgo Mineira e a Cia. Paraibuna de Metais na mesma cidade, além da Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina, no município de Cataguases.

Fora isso, não há qualquer outro grande empreendimento que congregue elevado investimento na região.

Ainda assim, esses investimentos não foram capazes de reverter a grande dependência da economia da Zona da Mata em relação ao setor terciário (Tabela 2). Note-se que a participação desse setor na composição geral do PIB da região é superior à média do Estado, sendo ainda muito superior a boa parte das demais Regiões de Planejamento. Por outro lado, a participação relativa do setor industrial na composição do PIB da Zona da Mata apresenta-se bem abaixo da média estadual.

Essa precariedade econômica pode ainda ser caracterizada a partir da análise de outros indicadores, tal como a relação PIB/habitante. Apesar de ser um indicador da atividade econômica, necessariamente não

TABELA 2 - COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO EM 2002

Região de Planejamento	Agropecuário		Industrial		Serviços		Total	
	Total	%	Total	%	Total	%	TOTAL	%
Central	941.864	1,88	23.594.252	47,02	25.648.171	51,11	50.184.287	100,00
Mata	956.943	9,69	3.210.207	32,51	5.706.061	57,79	9.873.212	100,00
Sul de Minas	2.135.997	13,95	5.561.632	36,32	7.614.934	49,73	15.312.563	100,00
Triângulo	1.612.522	11,53	6.155.787	44,02	6.214.205	44,44	13.982.513	100,00
Alto Paranaíba	1.149.471	25,91	1.350.166	30,43	1.936.874	43,66	4.436.510	100,00
Centro-Oeste	729.796	13,35	1.921.366	35,14	2.816.328	51,51	5.467.490	100,00
Noroeste de Minas	805.548	37,24	437.177	20,21	920.217	42,54	2.162.942	100,00
Norte de Minas	761.885	15,00	1.561.847	30,75	2.755.528	54,25	5.079.260	100,00
Jequitinhonha/Mucuri	446.203	17,00	560.244	21,34	1.618.856	61,66	2.625.303	100,00
Rio Doce	546.780	6,24	4.261.322	48,61	3.957.982	45,15	8.766.084	100,00
Minas Gerais	10.087.010	8,56	48.613.999	41,24	59.189.155	50,21	117.890.164	100,00

FONTE: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP), CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)

TABELA 3 - PIB / HABITANTE, SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO DE MINAS GERAIS (1999-2002)

Regiões de Planejamento	1999	2000	2001	Class	2002
Central	5.884,80	6.627,13	7.095,70	2º	7.637,49
Mata	3.879,61	4.169,90	4.243,38	8º	4.738,61
Sul de Minas	5.176,06	5.565,33	5.632,22	5º	6.195,02
Triângulo	7.708,73	8.879,38	9.128,66	1º	10.459,17
Alto Paranaíba	6.129,77	6.315,82	6.407,83	3º	7.252,72
Centro-Oeste de Minas	4.097,02	4.504,23	4.728,79	7º	5.336,26
Noroeste de Minas	4.293,77	4.583,92	4.760,25	4º	6.307,90
Norte de Minas	2.564,39	2.855,73	2.984,87	9º	3.317,46
Jequitinhonha/Mucuri	1.899,44	2.242,90	2.319,70	10º	2.680,20
Rio Doce	4.036,32	4.664,02	4.999,88	6º	5.636,72
Minas Gerais	4.916,96	5.483,51	5.752,98	-	6.369,72

FONTE: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP), CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)

distingue o nível de bem-estar social, não reflete a concentração da riqueza, além de escamotear a evasão de divisas. Mesmo não sendo uma medida robusta, em virtude de seu caráter generalista, a relação PIB/habitante não deixa de revelar os baixos níveis de qualidade de vida presentes na maioria dos municípios da Mata mineira (BDMG, 2000).

Como se pode observar na Tabela 3, as Regiões de Planejamento Triângulo, Alto Paranaíba, Central e Sul de Minas, nessa ordem, superam o PIB *per capita* do estado, ao longo do período analisado, exibindo pe-

quena variação ascendente entre um e outro ano. Por outro lado, a Zona da Mata figura na 8ª posição (2002), com um PIB *per capita* inferior a todas as regiões do Estado, exceto as regiões sobejamente mais pobres de Minas Gerais: norte de Minas e Jequitinhonha/Mucuri.

Em termos demográficos, a Zona da Mata Mineira constitui-se na terceira mais populosa região de Minas Gerais, com 11,35% da população total do estado (Tabela 4). É digno de nota o fato da região apresentar taxas de urbanização inferiores à média do estado (82,00%), tanto em 1991 (69,21%), quanto em 2000 (76,67%). Tal

TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA, SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO/MG

Região de Planejamento	População							
	1991				2000			
	Total	%	Urbana	%	Total	%	Urbana	%
Central	5.261.469	33,42	4.595.023	87,33	6.278.865	35,09	5.797.277	92,33
Mata	1.847.158	11,73	1.278.411	69,21	2.030.856	11,35	1.557.058	76,67
Sul de Minas	2.082.001	13,22	1.491.646	71,64	2.384.851	13,33	1.856.369	77,84
Triângulo	1.081.901	6,87	946.253	87,46	1.280.022	7,15	1.171.221	91,50
Alto Paranaíba	513.747	3,26	392.323	76,37	589.864	3,30	494.779	83,88
C-Oeste de Minas	859.421	5,46	682.335	79,39	987.765	5,52	845.429	85,59
Noroeste de Minas	305.285	1,94	186.637	61,14	334.509	1,87	249.946	74,72
Norte de Minas	1.359.049	8,63	743.996	54,74	1.492.715	8,34	962.951	64,51
Jequitinhonha/Mucuri	971.717	6,17	492.355	50,67	977.779	5,47	572.099	58,51
Rio Doce	1.461.404	9,28	977.914	66,92	1.534.268	8,58	1.163.896	75,86
Minas Gerais	15.743.152	100,00	11.786.893	74,87	17.891.494	100,00	14.671.025	82,00

FONTE: IBGE - CEI/FJP - IPEA

TABELA 5 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA, SEGUNDO AS REGIÕES DE PLANEJAMENTO/MG - 2000

Regiões de Planejamento	Área km ²	Densidade Demográfica
Central	80.335,70	78,16
Mata	35.748,70	56,81
Sul de Minas	52.956,30	45,03
Triângulo	53.734,80	23,82
Alto Paranaíba	36.823,90	16,02
Centro-Oeste de Minas	31.536,70	31,32
Noroeste de Minas	62.555,20	5,35
Norte de Minas	128.160,50	11,65
Jequitinhonha/Mucuri	62.892,30	15,55
Rio Doce	41.808,90	36,70
Minas Gerais	586.553,00	30,50

FONTE: IBGE - CEI/FJP - IPEA

fato, possivelmente, deve-se ao elevado número de municípios com população inferior a 10.000 habitantes (69,72%), sendo que 38,73% dos municípios da Zona da Mata têm população inferior a 5.000 habitantes. Todos com fortes vínculos com o mundo rural (BDMG, 2000).

Por outro lado, merece evidência a alta densidade demográfica da Zona da Mata, com 56,81 hab/km² em 2000, superada apenas pela região Central, com 78,16 hab/km², contrastando com enormes vazios demográficos verificados no noroeste (5,35 hab/km) e norte de Minas (11,65 hab/km) (CEI/FJP, 2004; BDMG, 2000) (Tabela 5).

Esse resgate histórico evidenciou o perfil econômico e demográfico da Zona da Mata, através de análises comparativas entre as Regiões de Planejamento do estado. Dessa breve descrição, fica clara a situação desprivilegiada da Zona da Mata em relação ao seu glorioso passado e ao presente das demais Regiões de Planejamento do Estado. No entanto, tal procedimento escamoteia as pronunciadas discrepâncias internas, fazendo com que no âmbito da Zona da Mata se reproduzam as abissais diferenças socioeconômicas encontra-

das entre as Regiões de Planejamento mineiras. Logo, é mister revelar a realidade das microrregiões da Zona da Mata.

ZONA DA MATA: ANÁLISE INTRA-REGIONAL

São notáveis as disparidades internas à Zona da Mata, fato já constatado em estudos da década de 1950, como aquele desenvolvido por Valverde (1958). Tratam-se de diferenças encontradas não apenas em sua formação física, mas, sobretudo, em sua composição socioeconômica. Tais inconsistências podem ser captadas de maneira eficaz a partir da análise das sete microrregiões homogêneas, criadas pelo IBGE, e apresentadas na Figura 2. Também vale comentar que os limites do conjunto das sete microrregiões da Zona da Mata mineira são coincidentes com aqueles da Região de Planejamento da Zona da Mata, definidos pela Fundação João Pinheiro (DINIZ & BATELLA, 2005). Com o fito de explorar a organização espacial intra-regional, evidenciando as heterogeneidades recém-mencionadas,

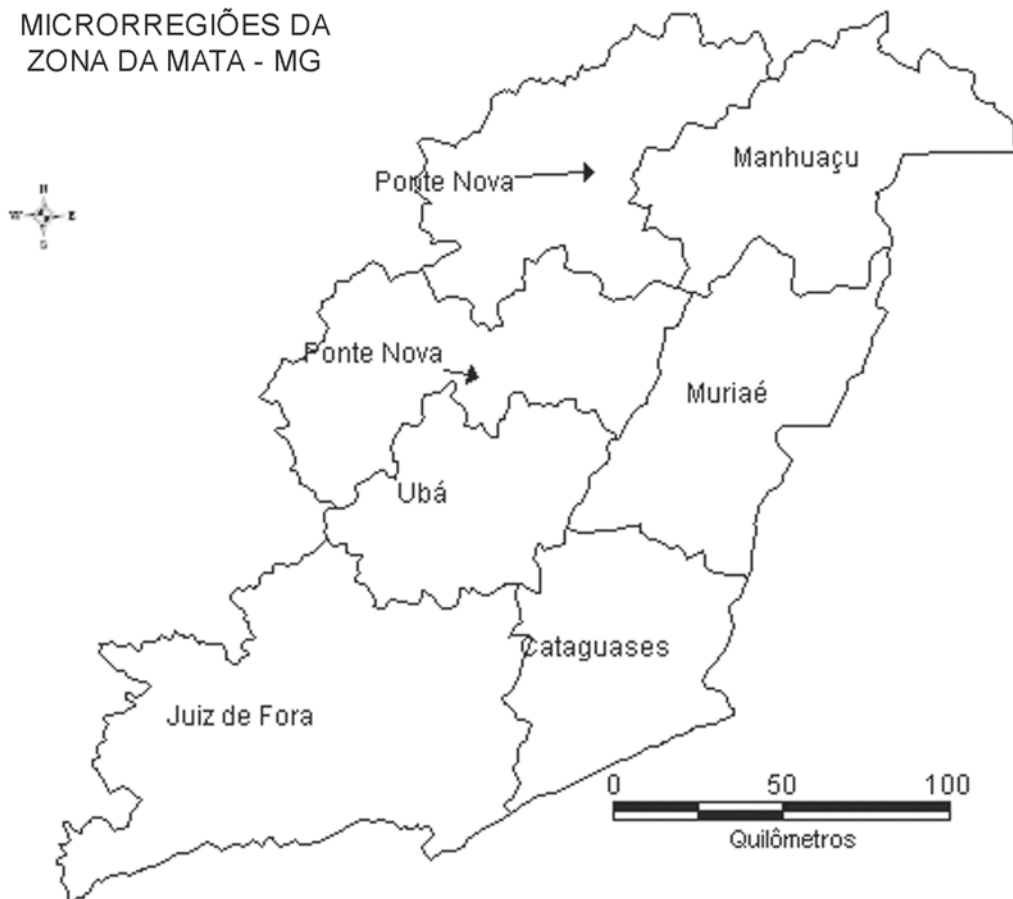


FIGURA 2 - MAPA DE DISTRIBUIÇÃO DAS MICRORREGIÕES DA MATA MINEIRA

trabalhar-se-á com algumas variáveis de cunho demográfico e econômico.

No que tange à distribuição populacional da Zona da Mata, nota-se grande assimetria entre as sete microrregiões. Nesse contexto, sobressai-se a microrregião de Juiz de Fora, com um contingente populacional que congrega quase um terço da população da região (Tabela 6). Por outro lado, figuram as demais microrregiões com populações relativamente equilibradas. Ainda em relação à população, chama a atenção o fato de que, no período 1991-2000, todas as microrregiões experimentaram crescimento populacional expressivo, à exceção de Ponte Nova, que vivenciou perda populacional (Tabela 6).

Em relação às taxas de urbanização, nota-se mais uma vez uma condição díspar entre as microrregiões da Zona da Mata Mineira. Enquanto as microrregiões de Juiz de Fora, Cataguases e Ubá exibem taxas de urbanização acima da média da região, as microrregiões de Manhuaçu, Ponte Nova e Viçosa encontram-se significativamente abaixo da média (Tabela 6). O fato ocorre

justamente nas microrregiões onde há uma maior arrecadação do PIB setorial agropecuário.

Em relação à densidade demográfica, a Tabela 7 aponta significativas diferenças entre as microrregiões da Zona da Mata. De um lado, tem-se Juiz de Fora, microrregião mais povoada, com 74,44 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto no outro extremo tem-se Ponte Nova, com densidade demográfica de 39,03 hab/km².

No entanto, deve-se considerar que à exceção da microrregião de Juiz de Fora, as demais microrregiões apresentam áreas de tamanho similar, fato que evidencia ainda mais a distribuição assimétrica da população na Zona da Mata, fazendo com que a microrregião com a maior área (Juiz de Fora), coincida com aquela mais povoada (Tabela 7).

Considerando o PIB total da região, segundo a Tabela 8, nota-se, uma vez mais, forte heterogeneidade na Zona da Mata, sendo expressivas as disparidades econômicas e sociais. Nesse contexto, a microrregião

TABELA 6 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DA ZONA DA MATA DE MG, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES (1991-2000)

Microrregião	1991				2000			
	Total	%	Urbana	%	Total	%	Urbana	%
Juiz de Fora	583.117	31,57	520.723	89,30	664.282	32,71	613.398	92,34
Muriaé	242.848	13,15	149.716	61,65	261.537	12,88	183.599	70,20
Manhuaçu	222.289	12,03	108.877	48,98	250.380	12,33	144.394	57,67
Ubá	211.140	11,43	142.351	67,42	241.688	11,90	188.299	77,91
Viçosa	199.267	10,79	95.090	47,72	215.332	10,60	121.684	56,51
Cataguases	193.586	10,48	156.359	80,77	207.389	10,21	181.030	87,29
Ponte Nova	194.911	10,55	107.727	55,27	190.248	9,37	123.947	65,15
Zona da Mata	1.847.158	100,00	1.280.635	69,33	2.030.856	100,00	1.555.230	76,58

FUNTE: FUNDAÇÃO IBGE - IPEA

TABELA 7 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES 2000

Microrregiões	Área	Dens. Demográfica
Cataguases	3.921,70	52,88
Juiz de Fora	8.923,30	74,44
Manhuaçu	4.856,30	51,56
Muriaé	4.752,90	55,03
Ponte Nova	4.874,90	39,03
Ubá	3.593,50	67,26
Viçosa	4.826,10	44,62
Zona da Mata	35.748,70	56,81

FUNTE: IBGE - IPEA

TABELA 8 - PIB TOTAL – MICRORREGIÕES DA ZONA DA MATA (1999-2002)

Estado / Microrregião	1999	%	2000	%	2001	%	2002	%
Juiz de Fora	3.344.820	42,63	3.688.869	43,31	3.768.289	43,05	4.200.222	42,54
Ubá	843.152	10,75	915.493	10,75	968.365	11,06	1.105.288	11,19
Cataguases	831.054	10,59	910.584	10,69	965.751	11,03	1.087.883	11,02
Manhuaçu	860.986	10,97	904.812	10,62	879.764	10,05	1.040.505	10,54
Muriaé	831.313	10,59	856.426	10,05	846.633	9,67	911.421	9,23
Ponte Nova	604.412	7,70	674.031	7,91	735.365	8,40	853.151	8,64
Viçosa	530.753	6,76	567.632	6,66	590.036	6,74	674.742	6,83
Zona da Mata	7.846.491	8,97	8.517.847	9,74	8.754.202	10,01	9.873.212	11,28

FONTES: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP), CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)

de Juiz de Fora destaca-se com indicadores muito superiores às demais microrregiões da Zona da Mata.

No caso específico de Juiz de Fora, observa-se que a microrregião contribui com cerca de 42,54% do PIB total da Zona da Mata, sendo o município de Juiz de Fora responsável por nada menos do que 78,83%⁵ das riquezas geradas na microrregião. Dessa forma, caso a microrregião ou até mesmo o município de Juiz de Fora fosse excluído dos cálculos, a Zona da Mata estaria com a economia ainda mais abalada, aproximando-se das regiões mais pobres do estado. Considere-se ainda que a cidade já foi a 2ª do estado em população e economia, hoje, superada por Betim, Contagem, Uberlândia, Ipatinga e Uberaba.

Ainda em relação à Tabela 8, chama a atenção o fato de que existe um grupo composto pelas microrregiões de Ubá, Cataguases, Manhuaçu e Muriaé com PIBs semelhantes, ao passo que Ponte Nova e Viçosa são as microrregiões com menor pujança econômica.

Nesse quadro há ainda que considerar que a grande maioria dos municípios da Mata (69,72%) possuem população inferior a 10.000 habitantes. Esses municípios sobrevivem basicamente de transferências constitucionais (Fundo de Participação dos Municípios) do governo federal. Geralmente possuem, dentro do setor de serviços, um pequeno comércio local, bem como atividade agropecuária voltada quase que exclusivamente à subsistência. Além disso, boa parte desses municípios sobrevivem da renda de aposentadorias e pensões de sua população, além dos programas de assistência a desvalidos do governo federal. Ou seja, apenas uma pequena parcela de municípios concorre efetivamente com a produção.

Ainda em relação à geração de riquezas, destaque-se a diversidade entre as microrregiões da Zona da Mata no que tange a composição setorial do PIB. A começar pelo setor agropecuário, as atenções voltam-se para a microrregião de Manhuaçu, onde a participa-

TABELA 9 - COMPOSIÇÃO SETORIAL DO PIB POR MICRORREGIÃO EM 2002

Microrregião	Agropecuário		Industrial		Serviços		Total	
Juiz de Fora	101.019	10,56	1.700.167	52,96	2.399.035	42,04	4.200.222	42,54
Ubá	97.733	10,21	426.361	13,28	581.194	10,19	1.105.288	11,19
Cataguases	76.783	8,02	355.978	11,09	655.122	11,48	1.087.883	11,02
Manhuaçu	226.631	23,68	185.294	5,77	628.580	11,02	1.040.505	10,54
Muriaé	123.938	12,95	204.959	6,38	582.524	10,21	911.421	9,23
Ponte Nova	206.304	21,56	201.543	6,28	445.304	7,8	853.151	8,64
Viçosa	124.536	13,01	135.905	4,23	414.301	7,26	674.742	6,83
Zona da Mata	956.943	100	3.210.207	100	5.706.061	100	9.873.212	100

FONTES: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP), CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)

⁵ Dados não disponíveis na tabela.

ção do setor na geração de riquezas ultrapassa todas as microrregiões analisadas (23,68%) (Tabela 9).

A forte concentração do PIB agropecuário em Manhuaçu se deve aos recentes investimentos na cafeicultura, que além de culminarem no aumento da produção, também trouxeram ganhos qualitativos expressivos em relação aos grãos colhidos. Diante desse quadro, poder-se-ia afirmar que assiste-se a um incipiente resgate da economia cafeeira da Zona da Mata, ainda que com escala, escopo e características distintas, associada à superação do caráter cíclico bianual da lavoura, graças aos plantios anuais, que têm permitindo ganhos de produtividade crescentes.

Nas demais microrregiões, o setor agropecuário destaca-se pelas produções de arroz, café, fumo, suínos, avicultura, leite, etc. Ressalte-se que esse é o único setor no qual a microrregião de Juiz de Fora não tem destaque, sendo também o que menos contribui para a totalidade do PIB da Zona da Mata. Tanto na região quanto no estado esse setor embora constitua uma atividade de grande vulto, tem seu resultado superado pelos demais. Entretanto, a participação do setor agropecuário na economia da Zona da Mata ainda é relevante, merecendo destaque e um indicativo de que a região ainda mantém uma forte relação com o meio rural, reforçado pelo seu baixo índice de urbanização, perante as demais regiões.

O setor industrial representa 32,52% das riquezas geradas na Zona da Mata. No geral, o setor industrial é relativamente diversificado, com destaque para a produção de alimentos (sucos, laticínios e conservas de carnes e subprodutos), eletricidade, tecidos, produção de arames e vergalhões, material de transportes, confecções e móveis.

No entanto, deve-se apontar que a participação desse setor na composição geral do PIB da Zona da Mata deve muito à microrregião de Juiz de Fora, onde

52,96% do PIB industrial da região são produzidos, com destaque para a siderurgia e a indústria têxtil. Em um patamar muito inferior, destacam-se ainda as microrregiões de Ubá, pólo moveleiro, seguida de Cataguases, onde a indústria têxtil e a produção de energia elétrica polarizam o setor industrial (Tabela 9). Nas demais microrregiões, o desempenho não é relevante, sendo apenas a microrregião de Muriaé, tradicionalmente voltada ao setor agropecuário, digna de nota em função da indústria de confecções, ainda pouco significativa.

O setor de serviços da Zona da Mata é o principal gerador de riquezas, representando 57,80% do PIB da região. Mas, uma vez mais, Juiz de Fora acaba desempenhando papel de destaque, contribuindo com nada menos do que 42,02% do PIB de serviços da Zona da Mata. De resto, há certa pulverização na composição do PIB de serviços entre quatro microrregiões, com relativo desempenho: Ubá, Cataguases, Manhuaçu e Muriaé.

Em síntese, no período em análise, afóra o setor agropecuário que apresenta a produção de riquezas relativamente bem distribuída entre as microrregiões da Zona da Mata, a produção nos setores industrial e de serviços encontra-se fortemente concentrada na microrregião de Juiz de Fora.

Finalmente, há uma mudança de escala, mas as discrepâncias entre as microrregiões da Zona da Mata persistem quando se analisam os indicadores do PIB/habitante (Tabela 10). Mais uma vez, destaca-se a microrregião de Juiz de Fora, com a maior relação PIB *per capita* da região (R\$ 6.369,72). Ainda assim, quando comparada ao restante do estado, Juiz de Fora apresenta PIB *per capita* inferior, fato que evidencia, uma vez mais, a precariedade econômica da Zona da Mata.

Dessa forma, a situação repete-se com a Zona da Mata, espelhando os piores resultados de Minas Gerais, sendo que além da microrregião de Juiz de Fora,

TABELA 10 - PIB/HABITANTE POR MICRORREGIÃO (1999-2002)

Microrregiões	1999	2000	2001	2002
Juiz de Fora	5.063,00	5.510,00	5.554,00	6.109,00
Cataguases	4.019,39	4.372,00	4.603,00	5.147,00
Ponte Nova	3.173,00	3.549,00	3.882,00	4.516,00
Ubá	3.509,00	3.757,00	3.920,00	4.413,00
Manhuaçu	3.456,00	3.588,00	3.446,00	4.026,00
Muriaé	3.189,00	3.260,00	3.197,00	3.415,00
Viçosa	2.473,00	2.623,00	2.705,00	3.068,00
Zona da Mata	3.880,00	4.170,00	4.243,00	4.739,00

FONTE: FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (FJP), CENTRO DE ESTATÍSTICA E INFORMAÇÕES (CEI)

apenas a de Cataguases supera o valor para a região, com as microrregiões de Muriaé e Viçosa com valores semelhantes aos da Região de Planejamento do norte de Minas, considerada uma das mais pobres do país.

Ou seja, nada mais que o reflexo da 8ª posição (2002) em que a Zona da Mata figura com seu PIB *per capita*. O que não deixa de revelar os baixos níveis de qualidade de vida presentes na maioria dos municípios da Mata mineira (BDMG, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o estado de Minas Gerais, a Zona da Mata possui uma forte heterogeneidade na distribuição de sua população e economia, reproduzindo no conjunto das sete microrregiões que a compõem, esse mesmo padrão de distribuição, marcado por expressiva diversidade socioeconômica.

Ao longo de sua história, as matas foram derrubadas para dar lugar à cultura itinerante do café, numa expansão natural das lavouras do vale do Paraíba. Essa expansão legou à Zona da Mata Mineira seu período de maior prosperidade econômica. Com a derrocada do primeiro ciclo cafeeiro, vivencia-se um novo e intenso movimento migratório, agora em grande parte, dentro da própria região, na maioria das vezes no próprio município.

Por sua vez, os setores industrial e de serviços urbanos não foram capazes de absorver a mão-de-obra proveniente do campo, gerando um quadro de exclusão social cada vez mais intenso. Tal situação ocorre muitas vezes pela exigência de uma qualificação que a população oriunda do campo não possui, pelas circunstâncias que lhe são impostas, uma vez que os mecanismos de políticas públicas sempre estiveram voltados para os setores econômicos do que para os sociais.

Por outro lado é mister reconhecer que os programas e as políticas públicas de desenvolvimento não aportaram de imediato na região, não havia essa disposição por qualquer esfera de governo. Existia sim o arranjo espacial para incrementar a indústria de base, implantando-a na região central e Vale do Rio Doce, quando a participação da Mata no PIB mineiro reduz-se drasticamente. Esse descaso, também em função de outras regiões como o Triângulo e o sul de Minas acentuava a decadência da região e somente na década de

1970 (1977 – 1985), com a implantação do Prodemata houve a primeira tentativa de desenvolvimento econômico, embora de pouca eficiência.

Todavia, existe uma peculiaridade na região que possivelmente tenha influenciado no preterimento da mesma. Quando da reorganização do espaço econômico estadual, a Mata ficou de fora da atuação da Cemig⁶, por conseguinte das demais instituições de fomento (BDMG, INDI e CDI), instrumentos de que se valia o Estado para a implantação de projetos de alcance socioeconômico.

Ressalte-se entretanto, que a heterogeneidade da Zona da Mata reflete-se também no elevado desmembramento de municípios, a maioria com população abaixo de 10 mil habitantes, contribuindo inequivocamente para a redução da capacidade de investimento dos mesmos. Fato é que boa parte desses municípios subsistem exclusivamente da redistribuição de recursos por parte das esferas estadual e federal. Esse processo de pulverização política do território acaba por intensificar os desequilíbrios regionais da Zona da Mata Mineira.

A despeito de sua posição privilegiada nos séculos XVIII e XIX, a Zona da Mata Mineira, com base nos dados apresentados, pode ser considerada uma região estagnada, marcada por uma economia titubeante, espacial e setorialmente concentrada e com lenta evolução. Some-se a isso o fato de sua população apresentar índices de qualidade de vida relativamente baixos.

Outro fator que a mantém de certa forma privilegiada com relação a outras regiões é sua posição geográfica em relação aos maiores centros econômicos do país, bem como uma infra-estrutura, ainda que depreciada e sem investimentos, mas com enorme disponibilidade e potencial. Tal fato por si só seria suficiente para o incremento de investimentos que resgatariam sua posição de destaque no cenário econômico e político no Estado.

Contudo, exemplo marcante constitui-se pela implantação da montadora Mercedes-Benz, na década de 1990, no município de Juiz de Fora. Até então, elemento catalisador de desenvolvimento e agrupamento da indústria de autopeças. Entretanto, o investimento revelou-se um grande equívoco que tem sido sustentado mais por ações políticas do que propriamente econômicas, em função das eventuais circunstâncias de abandono da produção de automóveis. Por outro lado,

⁶ A Cemig, criada na década de 1950 para reorganizar e fortalecer o setor no estado, não conseguiu de imediato um alcance sobre o mercado da Zona da Mata, dominado pela Cia. Mineira de Eletricidade, com sede em Juiz de Fora/MG e a Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina, com sede em Cataguases/MG. Na década de 1970, a Cemig conseguiu absorver o controle acionário da empresa de Juiz de Fora e assim ocupar aquele espaço energético. Enquanto isso, a Cia. Força e Luz Cataguases-Leopoldina expandia seu raio de ação mantendo atualmente cerca de 40 municípios da região.

não houve a garantia da locação de uma indústria congênere na região.

Diversas iniciativas, nos diversos setores econômicos, têm sido colocadas à prova na Zona da Mata mineira. Principalmente, nos municípios de

Cataguases e Ubá, no setor industrial, além do alto investimento no segundo ciclo cafeeiro da área norte da região (Manhuaçu e adjacências), entretanto não têm sido suficientes para ampliar sua potencialidade e retorno ao seu melhor momento econômico.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S. M. B. V. *Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912-1924)*. Juiz de Fora: UFJF, 1987. p. 201.
- BARRIOS, S. A produção do espaço. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. *Zona da Mata: diagnóstico e indicações de ações prioritárias para seu desenvolvimento*. Belo Horizonte, 2000.
- CEI/FJP. *Perfil de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004. p. 352.
- CORRÊA, R. L. *Trajetórias geográficas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001. p. 304.
- DINIZ, A. M. A.; BATELLA, W. B. O estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. *Revista Sociedade e Natureza*, Uberlândia, v. 17, n. 43, 2005.
- GIROLETTI, D. *Industrialização de Juiz de Fora: 1850 - 1930*. Juiz de Fora: UFJF, 1988. p. 136.
- IBGE. *Censo demográfico - 1970, 1980, 1991, 1996 e 2000*. Rio de Janeiro.
- LIMA, J. H. *Café e indústria em Minas Gerais (1870 - 1920)*. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 105.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *Geografia crítica - a valorização do espaço*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 196.
- MORAES, A. C. R. *Base da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 431.
- RESENDE, M. E. L. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889 - 1906)*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982. p. 261.
- ROSSINI, R. E. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. *A Construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.
- SANTOS, M. A divisão do trabalho social como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. In: SANTOS, M. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979a.
- SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. In: SANTOS, M. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1979b.
- VALVERDE, O. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Separata de: *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-82, jan./mar. 1958.